

HABEAS CORPUS Nº 494.040 - SP (2019/0046510-9)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : EDUARDO ANDRADE BERTI
ADVOGADO : EDUARDO ANDRADE BERTI - SP0233074
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : TIARLES CABIANCA DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado em favor de TIARLES CABIANCA DA SILVA, contra o indeferimento de idêntica medida na origem.

Sustenta o impetrante que não há fundamentação concreta e idônea na decisão que decretou a prisão preventiva do paciente.

Aduz, para tanto, que *"A injustificável manutenção no cárcere de um indivíduo primário, portador de bons antecedentes criminais, consoante na Certidão de Distribuição de Antecedentes Criminais e de Execução Criminal e, além disso, o que se extrai do Auto de Prisão em Flagrante, o paciente não possui envolvimento em atividades criminosas ou integra organização criminosa, estando em rota de colisão com o entendimento consolidado deste Colendo Tribunal Superior, só servindo para aumentar a superlotação e caos do sistema prisional (auto de prisão em flagrante anexado)"* (fl. 10).

Postula, ao final, a superação do enunciado 691 da Súmula do c. STF para que seja revogada a prisão decretada em desfavor do paciente.

É o relatório.

Decido.

Os autos não versam sobre hipótese que admite a pretendida valoração antecipada da matéria, pois, pela análise da **questio** trazida à baila na exordial, verifica-se que o **habeas corpus** investe contra denegação de liminar. De fato, ressalvadas hipóteses excepcionais descabe o instrumento heróico em situação como a presente, sob pena de ensejar supressão de instância.

A matéria, inclusive, já se encontra sumulada: "*Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*" (**Súmula nº 691/STF**).

Na hipótese, o **writ** impetrado na origem teve o pedido liminar indeferido sob os seguintes fundamentos, **verbis**:

"[...]

Dos dados que se colhem até aqui, na interposição e documentos que a acompanham, é dado ver que o paciente foi preso em flagrante pela suposta prática de tráfico ilícito de entorpecentes.

E apontando a inicial, além do já colocado, também a presença do periculum in mora, argumenta-se com a necessidade da concessão antecipada liminar do direito perseguido.

Essa liminar, entretanto, não pode ser outorgada.

É que ela é viável, apenas, quando o constrangimento ilegal seja manifesto, palpável e detectável de plano, imediatamente, mesmo, através do mero e sucinto exame sumário da inicial e dos demais elementos de convicção que a instruem, o que, definitivamente, não ocorre no presente caso.

De efeito, sabe-se que a liminar se presta a proteger um direito que esteja para ser colocado ou esteja em risco de ser irremediavelmente lesado, coisa aqui não verificável, reprise-

O procedimento e a prisão aqui avaliados, ao reverso, encontram eco pleno de razoabilidade e necessidade, donde estarem absolutamente dentro dos padrões mínimos de juridicidade" (fl. 32).

Na hipótese, portanto, não verifico a ocorrência de **flagrante ilegalidade** capaz de ensejar o afastamento do óbice contido no enunciado sumular referido.

Assim o entendimento do Pretório Excelso: **HC nº 103570, Primeira Turma**, Rel. Min. **Marco Aurélio**, Rel. p/ acórdão Min. **Rosa Weber**, DJe de 22/8/2014; **HC nº 121828, Primeira Turma**, Rel. Min. **Dias Toffoli**, DJe de 25/6/2014; **HC nº 123549 AgR, Segunda Turma**, Rel.^a Min. **Cármem Lúcia**, DJe de 4/9/2014.

No âmbito desta Corte Superior, cito as seguintes decisões monocráticas: **HC nº 392.348/RO, Sexta Turma**, Rel. Ministro **Nefi Cordeiro**; **HC nº 392.249/PR, Sexta Turma**, Rel. Ministro **Sebastião Reis Júnior**; **HC nº 392.316/SP, Quinta Turma**, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**; **HC nº 391.936/SP**,

Quinta Turma, Rel. Ministro **Joel Ilan Paciornik**; **HCnº 392.187/SP**, **Sexta Turma**, Rel^a. Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, inciso XX, e art. 210, ambos do RISTJ, **indefiro liminarmente** o processamento do presente **writ**.

P. e I.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator

